

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO NORDESTE: PERFIL DE
VITIMIZAÇÃO EXPOSTO PELA MÍDIA.**

Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra¹

Delmair Oliveira Magalhaes Luna Filha²

Maria do socorro Neta Gerônimo³

Grayce de Alencar Albuquerque⁴

A violência contra a mulher é qualquer ato baseado no gênero, podendo levar à morte, agravo ou sofrimento, tanto na esfera pública como na privada, devendo ser abordada em todos os canais, como a mídia, que tem importante papel de elevar o conhecimento da população para o enfrentamento do agravo. Objetivou-se descrever o perfil de vitimização de mulheres veiculado por meio de notícias na mídia da região Nordeste do Brasil após a criação da Lei Maria da Penha. Trata-se de um estudo documental, de análise quantitativa, com coleta de dados realizada no período de abril a junho de 2021, em sites de notícias do portal G1. Foram coletadas 843 notícias e considerando haver mais de um caso de violência em uma mesma notícia, foram somados 914 casos, cobrindo os estados de Alagoas, 9,2% (N= 88), Bahia, 7,1% (N=65), Ceará, 9% (N=83), Maranhão, 1,64% (N=15), Piauí, 18,5% (N=170), Paraíba, 9,1% (N=85), Pernambuco, 39,2% (N=359), Rio Grande do Norte 4,7% (N=43), e Sergipe 0,65% (N=06). Quanto ao perfil das vítimas, não havia registro de idade em 30,19% das notícias (N=276), profissão em 78,44% (N=717) e número de filhos em 71,77% (N=656). Porém, 12,69% (N=116) possuía um filho. O vínculo da vítima com agressor foi constatado e 93,54% (N= 855) mantinham algum tipo de ligação. Do total, 46,49% (N=425) sofreram feminicídio, 30% (N=275) das agressões classificadas como outras formas e 27,13% (N=248) por arma branca. Prevaleceu 98,46% (N=900) de agressores do sexo masculino e 79,21% (N=724) das violências ocorridas no lar, sendo 73,6% (N=673) físicas e apenas 61,48% (N=562) dos agressores se encontravam presos. Embora a Lei Maria da Penha esteja em vigor desde 2006, 90,7% (N=829) das notícias não a abordavam. Apesar de serem casos noticiados, grande parte das informações importantes ficaram ocultas, como histórico policial, idades, prole, função e tipo de violência. Os dados apontam o sexo masculino

¹ Enfermeira, Bacharel pela Universidade Regional do Cariri, Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI). E-mail: saskyalu@hotmail.com

² Discente do 6º semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Diversidade Sexual e Inclusão – (GPESGDI). Bolsista de iniciação científica PIBIC - FUNCAP. E-mail: delmair.mluna@urca.br

³ Discente do 8º semestre de Enfermagem pela Urca Universidade Regional do Cariri. Membro do grupo de pesquisa em sexualidade Gênero Diversidade sexual e inclusão – (GPESGDI) bolsista PIBIC/FUNCAP, e-mail: corrinhaneta@gmail.com

⁴ Enfermeira, Doutora em Ciências da Saúde (Área de Concentração em Saúde Coletiva) pela FMABC, Professora Permanente do Mestrado Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri - URCA e do Mestrado Profissional da RENASF – URCA, Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri – URCA, Coordenadora do Observatório da Violência e Direitos Humanos do Cariri – URCA, Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão (GPESGDI), Tutora do PET Enfermagem URCA. E-mail: geycyenf.ga@gmail.com

como perpetrador e grande parcela dos agressores são pessoas muito próximas à vítima, mais da metade dos casos ocorreram na própria residência, sendo a violência física o principal tipo de violência sofrida; dados estes que corroboram com o perfil nacional. Torna-se necessária uma melhor abordagem dos canais de notícias para reforçar a existência da Lei Maria da Penha, a fim de enaltecer relevância da punição e direitos garantidos das mulheres, objetivando o estímulo para que estas possam procurar os canais de denúncia e romper com o ciclo de violência.

Palavras-chave: Violência, mulher, mídia.